

**FRENTE
MUNICIPALISTA
NACIONAL**

**MENSAGEM DE
ORESTES QUÉRZIA**



DIRETORIA

PRESIDENTE

ORESTES QUÉRCIA

COORDENADOR NACIONAL

CLÁUDIO A. GIANNINI

1º VICE-PRESIDENTE

VASCO ALVES DE O. JUNIOR

2º VICE-PRESIDENTE

AYRTON SANDOVAL

3º VICE-PRESIDENTE

PAULO SILAS A. DE MELO

SECRETÁRIO GERAL

JOSÉ GUEDES DE C. BARROS

1º SECRETÁRIO

RONALDO CUNHA LIMA

TESOUREIRO GERAL

BALDONEDO A. NAPOLEÃO

1º TESOUREIRO

WALTERLOO ARAÚJO

2º TESOUREIRO

JOSÉ DE AZEVEDO

COORDENADORES ESTADUAIS

ALAGOAS

João V. F. Neto

AMAZONAS

Manoel H. Ribeiro

BAHIA

Raimundo J. C. Pimenta

CEARÁ

José Guedes de C. Barros

ESPÍRITO SANTO

Vasco Alves de O. Junior

GOIÁS

Walterloo do Araújo

MARANHÃO

Haroldo F. P. de Sabóia

MATO GROSSO DO SUL

José de Azevedo

MINAS GERAIS

Baldonado A. Napoleão

PARAÍBA

Ronaldo Cunha Lima

PARÁ

Fernando Coutinho Jorge

PARANÁ

Arnaldo Coneglian

PERNAMBUCO

Jurandir B. Lins

PIAUI

Benedito de Carvalho Sá

RIO GRANDE DO NORTE

Odiléia M. da C. Mesquita

RIO GRANDE DO SUL

Irajá Rodrigues

RIO DE JANEIRO

Délio Cesar Leal

RONDÔNIA

Angelo Angelin

RORAIMA

Silvio S. de C. Leite

SANTA CATARINA

Alexandre Passos Puzyna

SÃO PAULO

Cláudio A. Giannini

SERGIPE

Luiz C. de Medeiros

Companheiros e companheiras municipalistas,

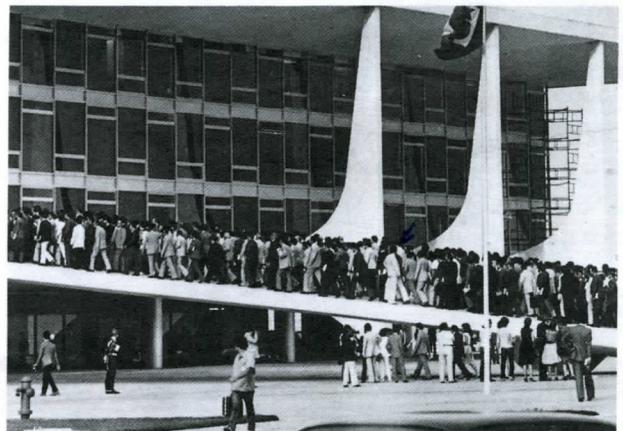
Quero aproveitar este encontro e conagraçamento motivado pelo 32.º Congresso Estadual de Municípios, promovido pela Associação Paulista de Municípios, para saudar todos os companheiros e companheiras municipalistas, os prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais, os senadores e tantos outros que, acima de diferenças partidárias e de disputas regionais, têm lutado com muita garra e determinação pelo fortalecimento do poder local, pela descentralização dos recursos públicos e pela realização imediata de investimentos sociais que gerem empregos e que, pelo menos, aliviem a situação de penúria em que vive a maioria dos brasileiros, vítima do modelo econômico concentrador e dependente que o regime autoritário de 1964 impôs.

Quero saudar e parabenizar os municipalistas de todo o Brasil e de todos os partidos. A Assembléia Nacional Constituinte aprovou o texto da reforma tributária proposta pela Comissão de Sistematização. Valeu a pena. Foram feitas muitas viagens, muitos encontros por todo o Brasil e principalmente em Brasília no Congresso Nacional. Valeu a pena não ter esmorecido. Em 1983, quando os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores recém empossados decidiram mudar os critérios de redistribuição da receita dos impostos, nada podia nos ajudar a prever que caminharíamos tanto. Mesmo com a compreensão e o apoio de inúmeros parlamentares em Brasília, sabíamos todos que a luta seria dura. A centralização permitia que se formasse com os recursos dos impostos uma espécie de condomínio controlado pelos donos do poder de plantão e pelos seus associados, um círculo pequeno mas com forte poder de pressão e apoiado por lobbies ativos. Na verdade, estávamos iniciando uma guerra de guerrilhas contra a centralização do poder que começou no Brasil com a colonização e atravessou, incólume, passagens históricas reformadoras como a Revolução Francesa até os dias atuais. Lutávamos por um novo perfil de poder que privilegiasse o poder local, o poder mais próximo da população, o poder exercido pelo político que conhece os seus governados pelo nome.

Não desanimamos porque não estávamos lutando por nós mesmo. Tínhamos e temos consciência da realidade que vive nosso povo, das injustiças sociais profundas que recebemos como herança do regime autoritário. Nosso ideal era um Brasil diferente, um novo desenvolvimento que obedecesse aos interesses da Pátria e pudesse satisfazer as necessidades dos brasileiros, que são carentes de transporte público, de habitação, de serviços médicos e hospitalares, de escolas e outros benefícios e serviços que são corriqueiros em países mais modernos, com maior grau de evolução social.

E qual foi a situação encontrada pelos que foram eleitos em 1982? Os prefeitos assumiram prefeituras falidas, incapazes até de cobrir a sua fôlha de pagamento de funcionários. Os governadores encontraram os Estados estiolados. Tanto nas prefeituras como nos governos estaduais o desequilíbrio provocado pelo endividamento externo inviabilizava a administração pública. E, todos se lembram, as eleições de 1982 foram históricas. Nas urnas, o povo disse um não, um basta ao regime militar e tecnocrático e votou maciçamente por mudanças e contra a pobreza e a miséria. A situação era intolerável. O país caminhava para o caos, dividido entre ricos e pobres. O tecido social da Nação estava ameaçado, o sentimento pela Pátria tornava-se algo cada vez menos válido.

No dia 10 de maio de 1983, na cidade de Rio Claro, houve uma reunião de prefeitos que marcou o movimento municipalista brasileiro. Prefeitos paulistas e de outros Estados, filiados a todos os partidos existentes na época, redigiram a Carta de Rio Claro, que pregava um reordenamento dos recursos políticos para a oxigenação e renovação da vida política com o objetivo de revitalizar a democracia representativa e recuperar a autonomia dos Estados e Municípios. "Não há autonomia política do município sem a correspondente autonomia financeira", advertia a Carta de Rio Claro. Um pouco depois, era divulgado no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, a Carta dos Municípios, que representou uma evolução da Carta de Rio Claro depois de discutida e mudada com as contribuições de companheiros dos outros Estados. A elaboração da Carta dos Municípios, divulgada nacionalmente no dia 22 de agosto de 1983, deu uma nova vida ao municipalismo, mostrou que, com união e com dedicação, o movimento municipalista tornara-se forte o bastante para lutar pela abertura política através da descentralização dos recursos públicos e da desconcentração do poder, como dizia o saudoso presidente Tancredo Neves, que tanta falta tem feito ao Brasil.



No dia 27 de setembro, um mês depois da divulgação da Carta dos Municípios, Brasília foi tomada por prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e deputados estaduais de todos os rincões brasileiros e de todos os partidos. Éramos mais de 3.000 municipalistas exigindo mudanças, exigindo meios para atendermos às necessidades das comunidades dos municípios e das populações dos Estados, impondo respeito às responsabilidades da representação popular, deixando bem claro que não aceitávamos mais o modelo econômico imposto e administrado por tecnocratas prepotentes e que tinha transformado o campo num imenso viveiro de trabalhadores mal pagos e as cidades, com suas favelas, seus serviços públicos insuficientes, em focos de revolta, descontentamento e frustração. Fomos a Brasília entregar ao presidente da República, aos ministros do Planejamento e da Fazenda, aos presidentes da Câmara e do Senado e aos presidentes de todos os partidos a Carta dos Municípios, que continha as nossas reivindicações e expressava principalmente a nossa disposição de luta por mudanças que garantissem um futuro mais promissor para o Brasil e para os brasileiros. Estávamos em Brasília representando todos os Estados e todos os partidos.

O presidente Figueiredo, subestimou a nossa capacidade de mobilização e não avaliou corretamente a força popular que nos amparava, e disse-nos, no Palácio do Planalto, que nada poderia fazer, que começaria a estudar a questão da reforma tributária apenas no ano seguinte. Esta audiência, concedida com má vontade apesar da



presença de 3.000 municipalistas de todos os Estados, impressionou a todos nós. Mostrou com evidência a existência de um Brasil fictício, o dos donos do poder e dos seus associados, a de um Brasil real, que era o dos prefeitos, dos vice-prefeitos, dos vereadores, dos deputados estaduais e federais, dos senadores e de outros municipalistas presentes ali no Palácio do Planalto. Constrangidos, vimos o presidente ser vaiado ainda que não unanimemente. Era uma demonstração triste

da realidade do divórcio então existente entre o Estado e a Nação, entre os brasileiros e a administração pública federal. Ao invés de nos abater, este episódio mostrou que só teríamos conquistas e avanços à custa de muita luta, e da união de todos os municipalistas.

No mesmo ano, após muitos encontros regionais e de muito entendimento para se chegar a uma proposta comum e viável, voltamos a Brasília no dia 23 de novembro. Mais uma vez milhares de municipalistas movimentaram o Congresso. Era dia de votação de mudanças constitucionais propostas pelo municipalismo. Para desgosto do Palácio do Planalto, conseguimos aprovar a Emenda Passos Porto (Emenda nº 23, de 1º/12/83), com os votos de 445 deputados e 52 senadores e sem nenhum, nenhum voto contrário, apesar dos esforços e das pressões realizadas pelo governo Figueiredo sobre o Congresso. Nas discussões prévias à votação, conseguimos outra proeza para a época: líderes municipalistas e parlamentares favoráveis à reforma tributária puderam negociar com o líder do governo na Câmara na presença da imprensa e com portas abertas. Mas, dada a situação difícil dos Municípios e dos Estados e das suas populações e graças à união que prevaleceu na mobilização



municipalista, o presidente Figueiredo foi abandonado até pelos seus aliados e conseguimos aprovar seis mudanças no texto da Constituição. Estas mudanças, é bom lembrar, priorizaram o aumento de repasses do Fundo de Participação dos Municípios, em função de ponderações de companheiros do Norte e do Nordeste. Realmente, naquele tempo, a maioria das prefeituras tinha como fonte de receita principal os repasses do governo federal. E era urgente livrar as prefeituras da falência.

A Emenda Passos Porto foi um passo importante mas ainda havia muito o que fazer. O governo federal, era evidente, não estava disposto a permitir novos avanços. Persistimos. Continuamos unidos. Nunca nos cansamos de trocar ideias, de conversar, jamais tivemos receio do entendimento. Assim,

no dia 28 de novembro de 1985, os municipalistas foram novamente a Brasília e conseguiram aprovar a Emenda Constitucional n.º 27, que ficou conhecida como emenda Ayrton Sandoval. Entre as novas conquistas, destaco a criação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, o IPVA, um imposto estadual compartilhado com os municípios e que substituiu a TRU, Taxa Rodoviária Única, que era recolhida pelo governo federal.

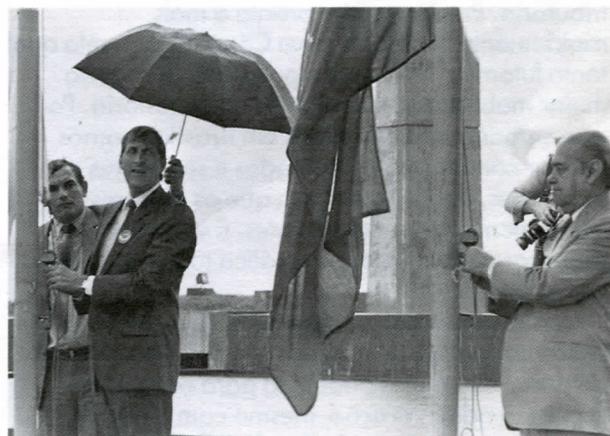
Neste ponto, porém, o movimento municipalista crescera extraordinariamente. Foi criada a Frente Municipalista Nacional, rapidamente instalada em todos os Estados e que cumpriu um papel importante na unificação do movimento municipalista e na sua participação da luta pela transição democrática, tendo como ponto de referência a candidatura de Tancredo Neves à presidência da República. A Frente Municipalista, através de suas coordenações estaduais, levou a pregação democrática de Tancredo a todos os pontos do país, permitindo que os clamores de todo o Brasil por liberdade e justiça ganhassem corpo e consistência e permitissem a derrubada do regime militar e tecnocrático e garantindo um período de transição pacífico e ordeiro. A Frente Municipalista, com apoio de todos os municipalistas, pregou um novo desenvolvimento, a retomada do desenvolvimento com a criação de empregos para que as pessoas, por mérito e por trabalho, tivessem condições de progredir na vida.

Em 1987, com a instalação de Assembléia Nacional Constituinte, nosso trabalho foi concentrado na preparação das sugestões municipalistas e no acompanhamento dos trabalhos do plenário e das comissões constituintes. Fizemos incontáveis reuniões com o relator da Comissão da Sistematização, deputado Bernardo Cabral. Em Brasília estivemos conversando com centenas de parlamentares e com todas as lideranças partidárias. Os companheiros municipalistas estiveram constantemente em Brasília. Quando não atuavam em Brasília, agiam nas suas cidades e regiões em busca de apoio às teses do fortalecimento do poder local e do resgate da dignidade e da responsabilidade da representação



política conquistada pelo voto. Mesmo assim, após mais uma mobilização de prefeitos de todo o país, conseguimos do presidente Sarney um reforço dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios no valor de 6,3 bilhões de cruzados.

Companheiros e companheiras, valeu a pena. A Assembléia Nacional Constituinte aprovou o texto da proposta da reforma tributária da Comissão de Sistematização, que é urna proposta realista, representativa dos interesses de todas as regiões brasileiras e que provê uma implantação



escalonada nas mudanças de modo a não provocar traumas. Os pequenos municípios e as metrópoles foram contemplados. Nem os Estados ricos nem os Estados pobres foram prejudicados. As vocações e características regionais foram levadas em consideração. O governo federal, que tanto lutou contra a reforma, não tem razão de reclamar. O repasse de recursos aos Estados e Municípios não será abrupto. O Executivo Federal voltará a ser o principal agente da União. A Federação será restabelecida, contanto com Estados e Municípios autônomos e fortalecidos.

Companheiros, a aprovação da reforma tributária é o primeiro fruto substantivo da transição democrática. Está desenhado um novo perfil de poder, uma nova administração pública, mais próxima da sociedade e portanto mais sensível aos anseios populares e mais fiscalizáveis. Temos, finalmente, uma chance de consolidar a democracia representativa, e de reaproximar o Estado e a Nação, através de um novo modelo econômico, de um novo desenvolvimento, que consigam unir todos os brasileiros interessados no enriquecimento e na dignificação da nossa terra, da nossa pátria. Nossa responsabilidade aumentou. Temos que garantir a aprovação definitiva da reforma tributária. Precisamos ter pronta o mais rapidamente possível a nova Constituição, pela qual tanto lutamos, pela qual o povo saiu às ruas na maior mobilização popular da nossa história. Por isso, vamos manter plantões em Brasília, vamos manter contatos com deputados e senadores nas suas bases, vamos fazer com que os eleitores pressionem os seus constituintes. E vamos nos preparar para colocar em prática todas as nossas conquistas.

Como governador, posso testemunhar que a descentralização de recursos e a desconcentração de poder são meios poderosos para baratear e agilizar a administração, mesmo com a distribuição injusta de recursos determinada pela atual Constituição. Em São Paulo, estamos repassando recursos do Estado para os municípios, estamos transferindo responsabilidades e estamos atuando de comum acordo com as prefeituras isoladamente ou reunidas em consórcios. Municipalizamos a saúde, a atenção médica primária, com excelentes resultados. Com recursos próprios e com repasses do governo estadual, muitos prefeitos têm transformado acanhados postos de saúde em mini-hospitais capazes de oferecer atendimento 24 horas por dia e de realizar partos e cirurgias menos complexas. O Estado de São Paulo está construindo com velocidade notável armazéns comunitários, destinados a pequenos e médios produtores, que costumam vender barato suas safras por falta de condições de estocagem. O Estado entra com o financiamento e com o projeto básico. As prefeituras cuidam da construção dos prédios e da contratação de mão de obra. Para

os pequenos e médios proprietários, através de sindicatos ou associações, fica a responsabilidade pela administração e pela manutenção dos armazéns. Com colaboração das prefeituras é impressionante também o ritmo com que os municípios estão sendo dotados de terminais rodoviários. Regionalizamos ainda a Educação e a Agricultura. A Secretaria da Agricultura e as prefeituras estão implantando um ambicioso programa de recuperação de varzeas e de culturas irrigadas. O Estado oferece assistência técnica, máquinas e implementos e recursos próprios ou repassados pelo governo federal. As prefeituras, reunidas em consórcios, tocam com os agricultores os projetos. Assim estamos conseguindo expandir a fronteira agrícola do Estado, aumentar a produção e a oferta de gêneros de primeira necessidade, como feijão, arroz, milho e outros e, o que é importantíssimo, desenvolvendo uma política de conservação do solo agrícola e de preservação das microbacias fluviais de todo o Estado. Em São Paulo a educação foi regionalizada. Agora as delegacias regionais de ensino têm autonomia financeira e orçamentária. Estamos negociando com as prefeituras um projeto de municipalização da pré-escola. O nosso plano habitacional do Interior foi feito de comum acordo com as prefeituras e está sendo desenvolvido com surpreendente eficácia.

Mantida a reforma tributária da Comissão de Sistematização no texto final da Constituição, as perspectivas serão ainda melhores. A descentralização aprovada garantirá aos Estados um acréscimo de receita de cerca de 13 por cento e mais de 31 por cento para os Municípios. A abrangência do ICM foi aumentada assim como a cota-parte dos municípios na sua receita, que passará de 20 para 25 por cento. O Fundo de Participação dos Estados crescerá de 14 por cento para 21,5 por cento da receita da arrecadação do IR e do IPI. O Fundo dos Municípios irá de 17 para 22,5 por cento. (Vale a pena recordar que o repasse relativo aos Fundos de Participação era de 13,5 por cento para os Municípios e de 14 por cento para os Estados em 1984.) Será transferido para os municípios o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, que atualmente é estadual e compartilhado pelas prefeituras. Será criado um imposto municipal sobre a venda de combustíveis no varejo. Será criado um fundo de ressarcimento dos Estados em função das isenções dadas às exportações.

As perspectivas são boas. O horizonte não é mais ameaçador. Vamos apressar a Constituição federal. Vamos nos preparar para a elaboração das Constituições Estaduais. Temos, agora, uma oportunidade única de agir politicamente. O poder local, a administração pública mais próxima da comunidade oferecerá largos espaços para a afirmação da cidadania, o que valorizará

incrivelmente o voto e portanto o mandato público. Novas lideranças surgirão, provadas com administrações realizadas. Estas lideranças formarão a espinha dorsal dos partidos políticos, que serão muito mais enraizadas no povo. A política, tão vilependiada durante o regime militar, será revitalizada. Voltaremos a usar, com toda certeza, a política como o melhor instrumento inventado pela humanidade para ordenar e administrar a convivência em sociedade. Os destinos do Brasil não serão mais decididos por grupelhos ou condomínios de interesses. O Congresso cresceu. Os Estados e Municípios ganharam autonomia e recursos. A ditadura não será mais possível. Os homens públicos terão que ser ouvidos. O poder legislativo será obrigatoriamente consultado. O povo, representado por sindicatos, associações de classe, lideranças de bairros etc, estará sempre presente na definição de metas e obras.

Companheiros e amigos municipalistas, neste momento grave que o Brasil vive, sufocado por uma impressionante dívida interna e externa, devemos voltar nossa atenção para o futuro da nossa terra. O Brasil será o que nós conseguimos construir. Creio que os municipalistas deram um exemplo precioso de como é possível a união e o trabalho conjunto em função de grandes metas, de objetivos nacionais, quando os interesses do Brasil entram em jogo, quando se trata de atender as necessidades do nosso povo. Em 1983, ouvindo o presidente Figueiredo dizer não à reforma tributária, quem ousaria imaginar que chegaríamos onde chegamos? Este fato deve nos animar a prosseguir, a aprofundar nossa luta, a criar no Brasil uma democracia autêntica, que nos dê liberdade política e também econômica. Para o Brasil crescer é preciso que o brasileiro sinta e experimente condições de crescer, de melhorar de vida, de ser mais do que foram seus pais.

Serra Negra (SP) - Abril, de 1988

ORESTES QUÉRCIA

Presidente da Frente Municipalista Nacional



**FRENTE
MUNICIPALISTA
NACIONAL**